

COMUNICADO

GABINETE DO SECRETARIO E ASSESSORIAS

CHEFIA DE GABINETE

Edital PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, n.º 2/2024 – UASG 380101

Processo SEI n.º 006.00046429/2024-60

OBJETO: prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos novos, modalidade A, com quilometragem livre, destinado à Assessoria Militar para executar o serviço de escolta do Gabinete do Secretário

RESPOSTAS AO PADIDO DE ESCLARECIMENTO

Sobre o questionamento temos:

Perguntas:

Sobre apólice de seguro

Considerando-se que os veículos a serem ofertados serão de responsabilidade da Contratada, entendemos que a gestão quanto à contratação de apólice de seguro de casco (roubo, furto, incêndio, colisão e danos materiais) deve ser avaliada pelo licitante, proporcionando desta forma, maior autonomia e imparcialidade na formação do preço a ser ofertado. Oportuno esclarecer que, caso a licitante opte pelo auto seguro de casco, não desobriga das responsabilidades elencadas dentro no objeto do contrato. Neste sentido, questiona-se:

a) A eventual contratada pode adotar a opção de auto seguro, por meio de gestão própria, declarando e elencando na proposta comercial todas as coberturas previstas conforme exigido em edital, sem a obrigatoriedade de contratar empresa seguradora (terceiro) neste contrato?

b) Caso não seja esse o entendimento da instituição, a eventual contratada poderá, como opção, realizar a autogestão quanto à responsabilidade somente pelo casco dos veículos locados, optando-se desta forma, apenas pela contratação de apólice contra danos a terceiros, conforme prevê o edital.

Sobre locação não eventual

Considerando que o edital não prevê de forma clara se o formato de prestação de serviços de locação questiona-se:

a) A locação se dará de forma eventual (onde existirá períodos onde a CONTRATANTE em caso de não utilização, poderá devolver os veículos a CONTRATADA) ou não eventual (onde os veículos ficarão contratados pelo período estabelecido no contrato, independente de uso ou não dos mesmos)?

Sobre o prazo de entrega dos veículos

Considerando que o edital não prevê de forma clara o prazo de entrega / início da locação dos veículos, questiona-se:

a) Qual será o prazo de entrega / início dos serviços de locação?

Sobre a renovação de frota locada

Considerando que o edital não prevê de forma clara se deve ou não haver a renovação de frota depois de um período pré determinado, questiona-se:

a) Existe previsão de tempo de uso ou quilometragem rodada, onde será exigida a renovação/substituição dos veículos locados por veículos 0km ou usados, dentro de parâmetros pré determinados?

Sobre o formato de lances

O edital prevê que os lances deverão ser realizados pelo valor total do item. Entretanto, para que não existam dúvidas sobre esta exigência, questiona-se:

a) para efeito de lances no sistema, o cálculo deverá obedecer a seguinte fórmula: (Quantidade de veículos x valor unitário mensal) x 12 meses de vigência contratual).

Está correto nosso entendimento?

Sobre a informação de marca e modelo na proposta comercial

Considerando a atual dinâmica de disponibilidade dos modelos existentes no mercado, que atualmente atendem o processo desta

instituição, bem como o edital não deixar evidenciado de forma clara, se devemos ou não informar na proposta escrita, a marca e modelo do veículo ofertado, questiona-se:

a) Será necessário informar a marca, modelo e ano dos veículos a serem ofertados?

a) Caso afirmativo, podemos apresentar apenas uma referência de modelo, declarando que o veículo apresentado atenderá todas as especificações contidas no edital?

Sobre custo de pedágio / estacionamento

Considerando-se que os veículos irão trafegar em deslocamentos diversos que possuem praças de pedágio e estacionamentos com custos variáveis, incluindo a frequência destes deslocamentos, questiona-se:

a) Em se tratando de custos de pedágio e estacionamento, uma vez os condutores dos veículos serão de responsabilidade da contratante, estes custos deverão ser realmente suportados pela eventual contratada?

b) No caso de resposta afirmativa do item anterior, existe algum histórico ou estimativa de custos de pedágios e estacionamentos para o contrato em questão?

Sobre a franquia de quilometragem

Considerando que o edital não prevê de forma clara se existirá franquia de quilometragem definida ou limitada com excedente pago por quilômetro rodado, questiona-se:

a) A contratação será no formato de franquia limitada de quilometragem com pagamento de excedente ou no formato de quilometragem livre?

Sobre a disponibilidade de preposto exclusivo para o contrato

Considerando que o edital não prevê de forma clara se a contratante deverá disponibilizar preposto / representante para o eventual contrato de locação, questiona-se:

b) Será necessária a disponibilização de forma exclusiva de preposto / funcionário da contratada, com a permanência do mesmo em horário comercial nas dependências da contratante ou podemos apenas

disponibilizar o funcionário para atendimento exclusivo de forma remota (celular)?

Sobre a especificação técnica dos veículos – potência

Considerando que os motores atuais atingem potência distintas, dependendo do tipo de combustível a qual foram submetidos e a especificação técnica mencionar um único valor mínimo de potência (exemplo 170cv no item 01), não deixando claro em qual combustível o motor deveria atingir essa performance, questiona-se:

a) para efeito de aceitação do modelo a ser ofertado, será aceito veículo com potência mínima especificada, atingível em qualquer um dos combustíveis e não necessariamente nos dois combustíveis (modelos flex)?

Sobre km estimado

Considerando que o edital não prevê de forma clara a estimativa de quilometragem a ser percorrida diariamente pelos veículos, questiona-se:

a) Qual será a QUILOMETRAGEM média estimada a ser percorrida diariamente pelos veículos a serem locados por esse órgão.

Sobre assistência 24 horas / socorro

Considerando-se que os veículos irão trafegar em franquia de quilometragem livre, será necessário canal de atendimento 24h para sanar possíveis adversidades que venham a ocorrer com os veículos ?

Sobre infrações de trânsito

Considerando que o edital não prevê de forma clara o responsável pelo pagamento dos custos relativos às infrações de trânsito que podem vir a ocorrer durante a vigência do contrato, questionamos:

a) A CONTRATANTE ficará responsável pelos custos relativos a MULTAS de trânsito, ou a CONTRATADA deverá arcar com tais custos, sendo ela ressarcida pela contratante ?

Respostas

1) Sobre a exigência de seguro dos veículos, a Administração requer no Termo de Referência subitem 1.9.5., do item 1.9., que a futura contratada mantenha os veículos (objeto do contrato), segurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual.

Não compete à Administração definir o modelo de seguro pelo qual a contratada pretende manter os veículos segurados, desde que atenda ao subitem 1.9.5 do Termo de Referência.

2) A locação se dará de forma "não eventual", a Contratada deverá disponibilizar os veículos no prazo estabelecido, no local e horário fixado pela Contratante, conforme disposto no subitem 1.9.2., do item 1.9., do Termo de Referência e ficarão à disposição pelo período de vigência contratual disposto no subitem 1.3., do item 1., do referido Termo.

Sobre o prazo de entrega dos veículos: a prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos nas quantidades relacionadas e no local indicado pela Contratante, conforme previsto no subitem 1.7.1.1., do item 1.7., do Termo de Referência, cujo prazo de entrega dos veículos passará ser de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, no Núcleo de Transportes, Manutenção, Segurança e Conservação, situada à Avenida General Ataliba Leonel, n.º 556, Santana, São Paulo, nos termos do subitem 1.15., do item 1., do referido Termo.

Sobre a renovação de frota locada: a renovação da frota se dará conforme previsto no subitem 1.8.2.1., do item 1., do Termo de Referência, ou seja, **todos os veículos devem ser substituídos de imediato de forma automática, nas mesmas condições da entrega inicial, quando completarem 100.000 km ou 30 (trinta) meses, a contar do primeiro licenciamento (o que ocorrer primeiro).**

Sobre formato de lances: está correto o entendimento.

Sobre a informação de marca e modelo na proposta comercial: o licitante deverá seguir o modelo do Anexo IV (Modelo de Planilha de Proposta), parte integrante do Anexo I, Termo de Referência, pelo qual, deverá ser indicada a marca, modelo e ano dos veículos ofertado. Não é permitido indicar apenas uma referência.

Sobre custo de pedágio / estacionamento: as despesas relativas a pedágios e estacionamentos, são de responsabilidade da Contratante, conforme previsto no subitem 1.11.6., do item 1.11., do Termo de Referência.

Sobre a franquia de quilometragem e sobre km estimado: Desnecessário apresentar estimativa mensal de quilometragem a ser percorrida, uma vez que o Termo de Referência, no subitem 1.1, foi especificado que será quilometragem livre para cada automóvel.

Sobre a disponibilidade de preposto exclusivo para o contrato: conforme preconiza o item 6.7., do Termo de Referência, a Contratada designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contrato. Não há necessidade da permanência do mesmo nas dependências da Contratada.

Sobre a especificação técnica dos veículos – potência: sim, os veículos deverão atingir os 170 CV em qualquer um dos combustíveis.

Sobre assistência 24 horas / socorro: a Contratada deverá atender ao dispositivo do subitem 1.8.3.2., do Termo de Referência, prestar assistência 24 horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos locados.

Sobre infração de trânsito: é de responsabilidade da Contratante arcar com as despesas de multas provenientes de infração às leis de trânsito, decorrentes do uso dos veículos locados, conforme subitens 1.11.9. e 1.11.10., do item 1.11., do Termo de Referência.

RESPOSTAS A IMPUGNAÇÃO

No dia 20/06/2024 foi apresentada impugnação ao Pregão Eletrônico n.º 02/2024.

Sobre a Impugnação:

Em apertada síntese, a impugnante requer: *i)* inclusão de Cláusula de mora por atraso de pagamento no Edital; *ii)* inclusão de Cláusula no Edital de reajuste do preço após 01 (um) ano contado da proposta; *iii)* que o prazo de entrega seja de no mínimo 90 dias; *iv)* seja limitada a responsabilidade da contratada aos danos

diretos causados durante a execução contratual; v) manifestação prévia quanto a prorrogação contratual.

Quanto à Cláusula de mora por atraso no pagamento, cabe esclarecer que o item 7., "Critérios de Medição e Pagamento", subitem 7.26., do Termo de Referência, Anexo I, do Edital, dispõe:

No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual n.º 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º, do Decreto Estadual n.º 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Em relação ao reajuste do preço após 01 (um) ano da proposta, cabe destacar que a Cláusula 7ª do Contrato, Anexo II, do Edital, aponta a respeito do reajuste contratual. Além disso, o item 7.2. da referida Cláusula, estabelece:

É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Portanto, não há dúvida quanto à presença das Cláusulas mencionadas, uma vez que ambas estão claramente delineadas nos anexos do Edital, sendo eles: o Termo de Referência (Anexo I) e o Contrato (Anexo II).

Quanto à alteração do prazo de entrega dos veículos, primeiramente, é prerrogativa da Administração estabelecer prazos e celebrar contratos administrativos e condições que possam ser mais vantajosos, respeitando a supremacia do interesse público.

Contudo, visando a ampliar a competitividade, facilitando a participação, um novo Termo de Referência estabelecerá um prazo de entrega de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato, no Núcleo de Transportes, Manutenção, Segurança e Conservação, situado na Av. General Ataliba Leonel, n.º 556, Santana, São Paulo, SP, CEP 02033-000.

A responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração observará as disposições do artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021, e os termos da Resolução SAP n.º 49, de 17 de abril de 2024, Anexo II, do Edital, pelo qual, o artigo 1º, da referida Resolução dispõe:

A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Sendo que a aplicação das sanções previstas na referida Resolução, não excluiu a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

Ademais, o contraditório e a ampla defesa serão assegurados à contratada antes de qualquer penalidade aplicada pela contratante.

Em relação à prorrogação contratual, conforme o item 2.1.1., do Edital, a prorrogação não é automática. A contratada tem o direito de se opor ao aditamento mediante documento escrito recebido pelo contratante até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato. Portanto, a extinção automática do contrato não ocorre na ausência de expressa concordância para prorrogação; ao contrário, a extinção dependerá da manifestação formal da contratada dentro do prazo estipulado.

Desta forma, essa medida permite à contratada expressar sua decisão de não prorrogar o contrato dentro do prazo estipulado, garantindo assim seus direitos conforme as condições contratuais estabelecidas.

Além disso, essa disposição visa garantir que ambas as partes tenham tempo suficiente para avaliar e tomar decisões sobre a continuidade do contrato, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Os contratos de serviços poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (artigo 107, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

A Administração visando ampliar a competitividade, de forma discricionária, procederá à adequação do Termo de Referência, passando o prazo de entrega dos veículos para 45 (quarenta e cinco)



dias corridos, contados da assinatura do Contrato, ficando mantidas as demais condições.